GRUPO PARLAMENTAR

E EXPEÇA-SE
26/05/99

REQUERIMENTO N.º 793/VII (4.a) - AC

(26.05.99)

Assunto: EPA – Escola Profissional de Almada.

Apresentado pelo Deputado **JOSÉ REIS** do **PARTIDO SOCIALISTA**

A EPA – Escola Profissional de Almada, propriedade da recém criada Empresa Gestnave- Serviços Industriais, S.A., é herdeira da conceituada Escola da Lisnave, de onde saíram profissionais distinguidos e respeitados em estaleiros de todo o mundo.

Com as mudanças operadas, a escola passou a desempenhar um outro papel como entidade formadora, passando a possuir um acrescido apoio em termos humanos financeiros e materiais.

Para além de cursos e acções desenvolvidas no âmbito da Gestnave, e que visam lançar a EPA no mercado exterior no campo da formação, consultoria e prestação de serviços, a escola, possui já neste momento alguns importantes projectos, como por exemplo o PRODEP (Ministério da Educação e FSE) com orçamento a rondar os 120 mil contos, ou o projecto PESSOA (Ministério do Trabalho e da Solidariedade FSE) , com valores orçamentados em cerca de 45 mil contos.

27 MAI 1999

Se no PRODEP, a EPA, possui actualmente 8 turmas, com mais de 130 alunos, já no PESSOA, a escola conseguiu aprovação de dois cursos de 1200 horas, destinados essencialmente a desempregadas de longa duração e à inserção de jovens no mercado de trabalho.

A EPA, tem também alguns outros projectos em fase de apreciação, de que são exemplo o projecto APRENDIZAGEM (Ministério do Trabalho e da Solidariedade), com valor provisional de 130 mil contos, ou o PROFAP, destinado à função pública, orçamentado em 230 mil contos, ou ainda o ADAPT (Ministério do Trabalho e da Solidariedade e FSE), este um mega-projecto, com orçamento de 300 mil contos.

É inquestionável a importância do serviço que a EPA presta à comunidade, pelo que se exige que a mesma seja orientada de forma responsável, com competência técnica e pedagógica, o que cremos não ser o que acontece na Escola Profissional de Almada.

Segundo informações diversas, a escola tem vindo a ter uma gestão danosa de recursos financeiros e humanos, onde situações de clara incompetência técnica e pedagógica e de desbaratamento de recursos que a todos pertencem, estão a pôr em causa o futuro da escola.

Os principais responsáveis pelo estado caótico a que chegou a escola, são segundo alunos, professores e pais, o Director da Escola, Professor Carlos Gordo e o Administrador da Gestnave que superintende o sector, Dr. Eduardo Duarte, que conhecendo os problemas existentes, incompreensivelmente, mostra uma total inoperância, tornando-se assim conivente com a situação existente.

As notícias, vão-se sucedendo, o tempo vai correndo e não se conhece qualquer diligência por parte do Conselho de Administração da Gestnave, tendente ao verdadeiro fim de actos que já expulsaram alunos sem qualquer processo, demitiram técnicos sem aviso, e obrigaram colaboradores a demitir-se por não lhes ser possível suportar a situação de humilhação constante, de decisões incompreensíveis sem qualquer enquadramento legal.

Porque a dimensão dos problemas é susceptível de colocar em risco a credibilidade de uma escola que já muito deu ao País e pode perturbar o funcionamento e a credibilidade da Formação Profissional no Distrito de Setúbal.

Porque o País tem direito ao devido esclarecimento e os alunos e respectivas famílias têm direito a ver salvaguardadas as suas legítimas expectativas.

Porque se torna imperioso apurar a veracidade dos factos, esclarecer cabalmente a situação da escola, nomeadamente a actuação do seu director e do conselho de administração da Gestnave, no que concerne à gestão pedagógica e financeira que tem vindo a ser praticada.

Por tudo isto, e tendo em conta a matéria exposta, o Deputado abaixo assinado, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais em vigor, requer ao Ministério da Economia, os esclarecimentos seguintes:

a) Se tem esse Ministério conhecimento do modo como está a ser gerida a EPA – Escola Profissional de Almada;
b) Se perante os factos que são levados ao seu conhecimento, não pensa esse Ministério, ser necessário e urgente a abertura de um processo de inquérito, à gestão pedagógica e financeira da Escola em causa.

O Deputado,

José Reis